

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.442.225 - PR (2019/0027600-0)**

AGRAVANTE : CLARINDO PRANDO  
ADVOGADO : ANA HERCILIA RENOSTO PAULA LENTO - PR030776  
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORE : ANA LUIZA DE PAULA XAVIER E OUTRO(S) - PR032876  
S  
DANIELA DE SOUZA GONÇALVES - PR048154  
CAMILA NUNES ESPERIDIÃO - PR061953  
AGRAVADO : UNIÃO

**DECISÃO**

Clarindo Prando apresenta agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (fl. 441):

ADMINISTRATIVO. MEDICAMENTO. ÓBITO DO AUTOR. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. DIREITO PERSONALÍSSIMO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SUCUMBÊNCIA.

1. Não há interesse processual quando não mais existe a necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida.

2. A responsabilidade pelo pagamento da verba sucumbencial, no caso de extinção do processo sem exame do mérito, é da parte que deu causa a demanda.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 464).

Em suas razões especiais, o recorrente argui, em síntese, violação dos arts. 85, *caput*, §§ 3º, 10 e 11, do CPC2015; e 22 da Lei n. 8.906/94, defendendo que os honorários advocatícios, nos casos de perda do objeto da ação, deverão ser arcados por quem deu causa ao processo. Pugna, assim, pela fixação respectiva no percentual de 10% (dez por cento), a incidir sobre o valor atualizado da causa.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 488-491), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 501-503), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Analisando os autos, verifica-se que o Tribunal recorrido assentou-se no acervo probatório dos autos para, apesar de entender que, de

acordo com o princípio da causalidade, o ônus sucumbencial deveria ser atribuído ao autor da ação, manter a sentença que afastou a aplicação das verbas respectivas, senão vejamos (fl. 448):

[...]

Verifica-se, portanto, que a medicina baseada em evidência não respalda a indicação no caso em tela. Essa, inclusive, tem sido a nova orientação jurisprudencial em casos análogos, de sorte que, não havendo evidências científicas que indiquem a preferência do tratamento eleito no atendimento do autor com vantagem terapêutica em relação ao disponibilizado pelo SUS, não verifico que o autor lograsse êxito no mérito da presente ação.

Assim, considero como não evidenciada a probabilidade do direito no sentido de ser, o tratamento pleiteado, o mais adequado em face dos possíveis.

De todo o exposto, havendo a perda superveniente do interesse processual em razão do óbito do autor, com a devida vênia, a própria parte autora é que, pelo princípio da causalidade, deveria arcar com o ônus sucumbencial.

Todavia, não havendo insurgência dos réus quanto ao ônus sucumbencial, pela impossibilidade da reformatio in pejus, descabe a fixação do ônus sucumbencial em seu benefício, tendo em vista que a parte autora foi a única que se insurgiu quanto a ausência de fixação da sucumbência.

[...]

Desse modo, para se concluir de modo diverso do acórdão vergastado, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento esse vedado no âmbito do recurso especial, por óbice da Súmula n. 7/STJ

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 07/11/2017, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na origem, trata-se de Ação Ordinária, ajuizada pela parte agravante em face da Fazenda do Estado de São Paulo, objetivando a declaração de nulidade de processo administrativo instaurado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, com indevida suspensão do registro de alterações societárias que retiraram os autores de empresas, sob fundamento de não observância do devido processo legal. O acórdão manteve a sentença que julgara improcedente o pedido, inclusive em relação aos ônus sucumbenciais, considerando a legalidade do processo administrativo em comento.

III. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, entendeu que a parte recorrente dera causa à instauração do processo, devendo arcar com os ônus da sucumbência. Assim, a modificação das conclusões a que chegou a Instância a quo - de modo a acolher a tese da parte ora recorrente em sentido contrário - demandaria, inarredavelmente, o revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é inviável, em sede de

Recurso Especial, em face da Súmula 7 desta Corte.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1130636/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MATÉRIA DE PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE VALOR EXORBITANTE.

1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem, que reconheceu o direito do recorrido ao recebimento de adicional por tempo de serviço com cômputo do período em que atuou na Empresa Municipal de Vigilância, tendo condenado a recorrente ao pagamento de honorários advocatícios.

2. O Tribunal de origem registrou que não socorre a recorrente a tese de perda de interesse da ação, uma vez que o ora recorrido necessitou buscar a tutela jurisdicional para ter o direito implementado, ainda que posteriormente tenha havido eventual acolhimento administrativo de seus requerimentos.

3. No mais, a Corte a quo, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou que a recorrente deu causa à demanda, devendo arcar com o ônus da sucumbência, à luz do princípio da causalidade. In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, no sentido de que não deu causa à instauração da demanda requer revolvimento de matéria fática, o que é inviável em Recurso Especial, à luz do óbice contido na Súmula 7/STJ, assim enunciada: A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

4. À luz do princípio da causalidade (Veranlassungsprinzip), as despesas processuais e os honorários advocatícios "recaem sobre a parte que deu causa à extinção do processo sem julgamento do mérito ou à que seria perdedora se o magistrado chegasse a julgar o mérito da causa" (REsp 151.040/SP, Rel. Min. Adhemar Maciel, DJU 1.2.1999).

5. Não pode ser considerado como abusivo o percentual de 10% sobre o valor da causa, ainda quando considerada a condenação em R\$ 32.700,00, máxime quando devidamente analisado pelo Tribunal de origem a fundamentação para estipular o quantum. Portanto, entende-se que o valor fixado a título de verba honorária é razoável, não havendo excesso digno de revisão, estando em consonância com os critérios do art. 20, § 4º do CPC.

6. Recurso Especial de que parcialmente se conhece e, nessa parte, nega-se-lhe provimento.

(REsp 1706968/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 26 DA LEF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. NECESSIDADE DE ANÁLISE DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não ocorre contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973 quando o Tribunal a quo aprecia a demanda em toda a sua extensão, de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. In casu, a Corte local reconheceu que, até a data do ajuizamento

da execução, havia justa causa para a demanda, a qual apenas foi afastada depois de descoberto e corrigido o erro, ocasionado pela própria empresa executada.

3. Para afastar o entendimento a que chegou o Tribunal de origem, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar o cabimento da condenação em honorários advocatícios, devido ao princípio da causalidade, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial por óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1062030/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator